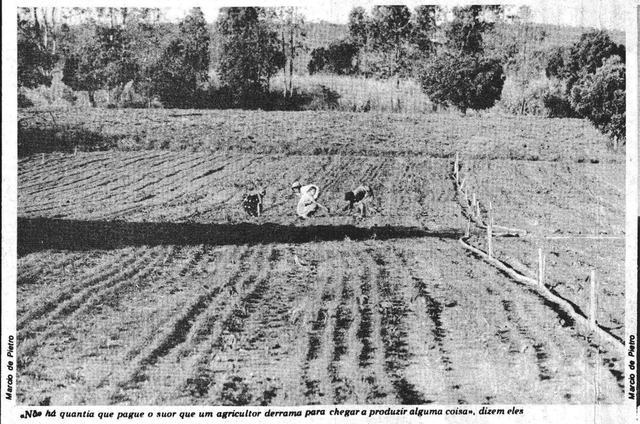
UM SÉRIO PROBLEMA CHAMADO ALEXANDRE GUSMÃO



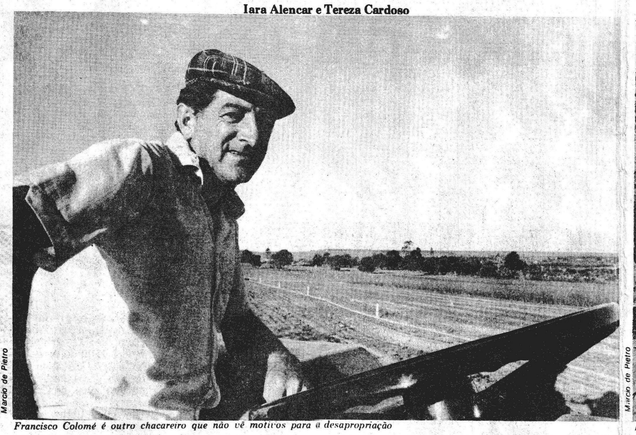
Marcio de Pietro

«Não há quantia que pague o suor que um agricultor derrama para chegar a produzir alguma coisa», dizem eles

Marcio de Pietro

O loteamento da área vem causando grande revolta em todos os chacareiros

Iara Alencar e Tereza Cardoso



Marcio de Pietro

Francisco Colomé é outro chacareiro que não vê motivos para a desapropriação

Marcio de Pietro

Kiyoto Yamana também jogou toda a sua sorte num pedaço de terra

Chacareiros apresentam sugestões para solução

Francisco José de Carvalho Sobrinho, o presidente da Associação dos Chacareiros de Alexandre Gusmão, conhecido por Chico Paraná, apresentou ao secretário de Agricultura do Distrito Federal três proposições capazes de dar termo ao affair daquele Projeto Integrado de Colonização. A primeira seria o estudo por parte da Secretaria da manutenção de uma faixa de 200 metros nas margens do lago, com o plantio específico de olericultura. A parte que ficasse posterior aos 200 metros poderia então aceitar o uso de inseticidas e fungicidas adequados, criando-se ali gado produtor de leite tipo «B».

A segunda proposição de Chico Paraná decorreria da impossibilidade de aceitação da primeira. «Se realmente não for possível um acordo entre o agricultor e o governo, a fim de podermos dar continuidade ao nosso trabalho, sugiro ao secretário o estudo de outro local, com infra-estrutura suficiente, como água, luz, escola e ônibus, e com títulos de propriedade para que nós possamos reiniciar nosso trabalho; mas que nos seja paga com justiça a indenização pelas benfeitorias de nossas chácaras. A terceira proposição seria uma consequência da recusa das duas anteriores.

«Não sendo aceitos os dois acordos — continuou Chico — que o governo avalie com todo o critério as nossas propriedades e pague com justiça o que elas valem. Não é tirando o agricultor da terra de uma forma injusta que se solucionará o problema agrícola deste país. A meta do presidente da República não é esta, porque, tirando-se o homem da terra, não há quantia que pague o suor que ele derramou. Tira-se uma terra quando se dá outra em troca, mesmo assim, incentivando-se com créditos e mecanização».

Mas, independente dessas proposições, o que Chico, em nome daqueles 86 chacareiros, pediu aos secretário foi uma anulação do decreto, «que é inconstitucional, pois o governo de uma unidade da federação não pode desapropriar terras, medida a ser tomada apenas pelo Governo Federal». Porém o que a maioria daqueles agricultores afirma é que o intento do governo é transformar a área a ser desapropriada em setor de mansões MSPW (Park Way). Argumentam ainda que há chácara localizada dentro da faixa a ser preservada e que não constam no decreto assinado por Elmo Serejo. Outra dado que vem comprovar a futura construção de um setor residencial é o projeto da Telebrasília de ali instalar telefones rurais.

O próprio Chico Paraná já recebeu, em fins do governo passado, a visita da embaixatriz da Roménia, afirmando que aquela área tinha-lhe sido reservada para futuramente ser construída uma mansão. A promessa lhe teria sido feita pelo ex-secretário de Agricultura, Pedro Dantas. Consta ainda que a chácara mais bem avaliada daquele Projeto era de propriedade de um sócio do ex-secretário.

Segundo Chico Paraná, «é com ansiedade que os agricultores estão esperando a decisão do governador Lamaison. O fundamental é que não se repita o massacre de que fomos vítimas no governo de Elmo Serejo. Que agora sejam abertas as portas do Palácio do Buriti e tratados com mais respeito os homens do campo». O chefe do Gabinete Civil do governo anterior afirmou numa ocasião que Chico Paraná havia sido classificado pelo governo como «um agitador» e que estava proibida sua entrada no Palácio do Governo.

Para Chico Paraná, o secretário de Agricultura, «além de ser um homem esforçado por colocar fartura de alimentos no Distrito Federal, é também um homem humano; e as diretrizes desse governo, a gente crê que sejam a justiça e o espírito de humanidade». Ele insite ainda em que, embora não sendo técnico, sabe que não é a causa de poluição do lago. «O decreto de desapropriação tinha o único objetivo de limpar a área para um setor residencial. Porém se houver um entendimento justo entre nós e o governo, a gente sai. Mas sabendo que não está poluindo. Agora, o que o governador Lamaison não pode é acobertar as marmeladas do ex-governador Elmo Serejo, porque é um absurdo que uma companhia imobiliária se apodere de nossas chácaras».

A desapropriação é iminente

A desapropriação dos chacareiros do Núcleo Rural Alexandre Gusmão para um posterior loteamento da área pela Companhia Imobiliária de Brasília, escoando-se os recursos para a atenuação do déficit orçamentário do GDF é a mais possível e temerosa solução a ser dada pelo governador Aimé Lamaison ao problema desses agricultores, responsáveis há três anos atrás por 50 por cento da produção agrícola do Distrito Federal. Esse infeliz desfecho, no qual muitos custam a acreditar, foi informado pelo deputado Adhemar Santilho, que guarda uma prova de que o decreto de desapropriação assinado pelo ex-governador Elmo Serejo jamais visou a preservar o Lago Descoberto da poluição agrícola — um documento mostrando que — Incra dividiu uma área de 307.377,07 metros quadrados em 329 lotes urbanos, exatamente dentro daquele projeto integrado de colonização.

Estarrecido com esse memorial de loteamento, registrado no último dia 18 no cartório do 3º ofício do Registro de Imóveis, o deputado Adhemar Santillo critica ainda a atitude do Incra: "ao que eu saiba, a função desse Instituto restringe-se à colonização e reforma agrária: esse projeto de loteamento urbano é próprio de uma firma imobiliária; como se explica então essa contradição? E se o decreto governamental dizia visar ao interesse social da preservação do Lago Descoberto, como se explica um loteamento urbano exatamente naquela bacia hidrográfica? Ou será que o governo vai querer nos convencer de que os dejetos daquelas residências não serão escoados para o lago?"

O parlamentar vai então fazer um pronunciamento no plenário da Câmara, "apresentando o drama que quase toda a Comissão do Distrito Federal no Senado desconhece. O discurso visará a impedir a construção desse núcleo residencial, primeiro porque ele vai prejudicar inúmeros agricultores, segundo porque vai poluir da mesma forma o lago que a Caesb diz querer preservar". Em meio a tudo isso, ele propõe ainda a constituição de uma CPI sobre as irregularidades realizadas pela administração do ex-governador Elmo Serejo. Como neste ano já foram constituídas cinco CPIs, não sendo mais possível a proposição de uma sexta, o deputado apresentará um requerimento ao presidente da Câmara, o qual, aprovado pela maioria absoluta do plenário, determinará uma comissão para inquirir sobre o governo passado. Mas isso só será feito — acentuou o parlamentar — se o atual governo não entrar num acordo justo com os chacareiros de Alexandre Gusmão.

São dois os decretos assinados pelo governo anterior sobre a desapropriação daquele projeto integrado de colonização. O primeiro, de 18 de agosto de 1976, declarava de "utilidade e necessidade pública de interesse social, para efeito de desapropriação, "aquelas glebas de terra. O outro, de 20 de outubro de 1977, alterava o anterior para passar para a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) os direitos de fazer a desapropriação.

Para Adhemar Santillo, "o segundo decreto é que é o mais curioso". Ele afirma que o argumento da poluição foi totalmente invalidado por esse documento, que coloca a Terracap no papel de desapropriador, evidenciando com clareza um posterior loteamento da área. "O argumento da poluição seria válido e capaz de sensibilizar a população, desde que não entrasse uma companhia imobiliária no meio da questão. O próprio governador admitira que 50 por cento de nossa produção agrícola provinha daquele projeto integrado; se é um setor de alta produtividade, é evidentemente um absurdo permitir o loteamento daquilo, e evidente também que há uma disposição da Terracap em lotear aquela área e aliená-la a fim de saldar a dívida do Distrito Federal".

Marcio de Pietro

«Tira-se uma terra quando se dá outra em troca, mesmo assim, incentivando-se com créditos e mecanização»

Insistindo em que o único intento governamental em Alexandre Gusmão é a especulação imobiliária, o deputado comentou que "se houver uma pressão, um esclarecimento da opinião pública, o decreto de desapropriação terá que ser revogado. Pois a finalidade ali está evidenciada ser anti-social. Visa exatamente a prejudicar quem está produzindo, para beneficiar posteriormente um luxo supérfluo, que é o loteamento de mansões circunvizinhas àquele lago".

Segundo ainda o parlamentar, "esse drama vem evidenciar mais uma vez a necessidade de uma representação política para o Distrito Federal. Um político eleito aqui teria necessariamente um compromisso com aquelas famílias. Nenhum parlamentar teve até agora grande interesse pelo problema porque aquilo não rende benefícios eleitorais. É por isso que até agora não se deu àqueles agricultores a oportunidade de falar na Comissão de Agricultura. A CPI da terra também até hoje não os ouviu. Mas há ainda a oportunidade de fazer-se uma campanha de maior vulto para que o governador Lamaison revogue o decreto; o governador perceberá que ele é injusto e não visa a nenhum interesse social. Os dejetos das 329 residências que ali serão construídas escoarão necessariamente para aquele lago, e isso está evidente".

Nas mãos dos agricultores de Alexandre Gusmão existe a cópia de uma tabela, publicada pelo ex-governador Elmo Serejo e que estabelece em preços de 1977 o valor das glebas de terras beneficiadas. São intensamente reduzidas as avaliações daqueles bens imóveis, e segundo Adhemar Santillo "a tabela constitui um verdadeiro atentado aos chacareiros". E ele repete: "o único freio capaz de evitar um desmando semelhante seria a representação política. Mas enquanto não tivermos isso em Brasília, a CPI será o único instrumento capaz de minorar essa sucessão de arbitrariedades".

Caesb quer proteger manancial

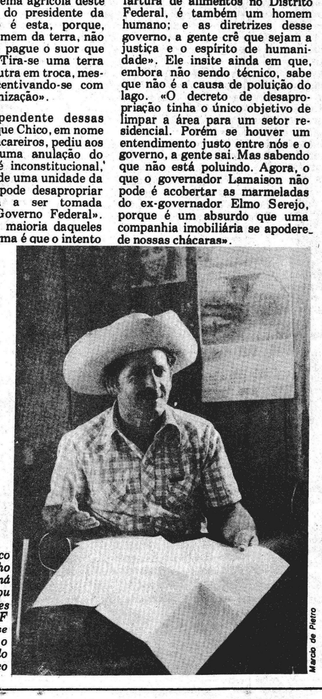
«Ao nível das informações técnicas da Caesb, a desapropriação da área situada nas margens do Lago Descoberto é irreversível». Esse é o parecer do secretário de Agricultura, que pediu ainda que a imprensa desmentisse violentamente qualquer informação a respeito de loteamentos na área de Alexandre Gusmão. Segundo Alceu Sanches, «trata-se de proteger o principal manancial fornecedor de água para o Plano Piloto, insubstituível e essencial, para após o ano dois mil».

Para o deputado Adhemar Santillo, esse desmentido do secretário é o melhor argumento para que o governo Lamaison revogue o decreto de desapropriação. Mas a alternativa de Alceu Sanches, aliás a melhor que ele diz ter encontrado para apresentar aos chacareiros, é a seguinte: «Um preço justo para a desapropriação com uma indenização legítima para as benfeitorias por eles realizadas; a concessão de uma área favorável para novos plantios, com uma relativa infra-estrutura, semelhante à de Alexandre Gusmão (água, luz e estrada asfaltada); e a liberação de creditos no BRB para que sejam iniciadas as novas culturas». O secretário disse ainda que a escolha desse novo núcleo rural ainda está em fase de estudos pelo secretaria, em conjunto com o INCRA e a Terracap.

Outras alternativas, segundo ele, estão fora de cogitação: «Os técnicos dizem que a poluição agrícola é perniciosa. Várias alternativas já foram estudadas. Uma delas seria manter na margem do lago uma faixa de 200 metros com plantação de cítricos, mas constatou-se que nessa cultura ia ser utilizado uma grande quantidade de fungicida, portanto é uma solução semelhante a uma coberta curta, como se diz na minha terra.

A manutenção de uma pecuária de leite tipo «B» também é uma alternativa inviável para o secretário de Agricultura, que argumenta serem precisamente os adubos químicos e corretivos, esclarecendo ainda que nem todo adubo químico é biodegradável. Segundo a avaliação de 1977, ficaria em torno de Cr$ 20 milhões a desapropriação dos chacareiros de Alexandre Gusmão e possivelmente será essa quantia que o governo despenderá para solucionar o problema agora. Todos a acham ínfima, mas o secretário Alceu Sanches atribui essa resistência ao fato de que anteriormente não foram oferecidas novas terras aos agricultores. «Dando-se outra terra, é evidente que eles aceitam a indenização conforme a tabela de 1977».

Informa-se no Palácio do Buriti que há uma benéfica disposição do governador Lamaison em se empenhar junto aos escalões superiores, ou seja, ao governo federal, para conseguir recursos e solucionar a contento o problema dos chacareiros de Alexandre Gusmão. No próximo ano agrícola, por volta de junho de 1970, o secretário Alceu Sanches garante que a questão já estará solucionada e satisfeitos os litigantes, ou seja, o governo do Distrito Federal e a classe do pequeno agricultor.



Marcio de Pietro

Francisco Sobrinho — o Chico Paraná apresentou várias sugestões ao GDF para que fosse resolvido o problema do Núcleo

Luta contra o decreto do GDF

Depois de lutarem quase três anos contra o ato impugnado por um decreto do ex-governador do Distrito Federal desapropriando as terras do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão, os chacareiros da área que entraram com recurso junto ao Tribunal de Justiça do DF acabaram recentemente derrotados por decisão dessa corte.

Apenas dois entre nove desembargadores foram favoráveis ao mandado de segurança impetrado pelo advogado dos agricultores. Resta ainda, segundo informações colhidas naquele Tribunal, a possibilidade de um recurso ao Supremo Tribunal Federal, "uma vez que a sua jusrisprudência endossa a tese dos impetrantes, tendo assim decidido em situações similares, e partindo do fato de que não foi publicado ainda o acórdão da sentença, pois quando isso ocorrer os chacareiros terão apenas 15 dias para apelar ao STF, ou o contrário, perderão os seus direitos", observou um desembargador.

Os chacareiros ameaçados de desapropriação, no entanto, alegam que nem todos podem mais contribuir para que se constitua advogado capaz de levar o caso ao Supremo e parecem agora estarem aguardando ainda com mais ansiedade que o atual Governo do Distrito Federal solucione de vez o caso, minorando os prejuízos que segundo eles, todos terão com a desapropriação, caso essa se efetive sem uma justa indenização.

CONDIÇÕES

Das 496 chácaras existentes no Projeto de Colonização Alexandre Gusmão, nas imediações da Barragem do Rio Descoberto, 86 poderão vir a ser desapropriadas dentro em breve. Muitos proprietários dessas últimas chácaras, contudo não suportaram a pressão e o boicote que vêm sofrendo há cerca de três anos, e acabaram por abandonar a área impossibilitados que estavam pelo Governo do Distrito Federal de fazerem qualquer benfeitoria em suas terras ou mesmo de requerer qualquer empréstimo em instituições de crédito, de acordo com depoimentos dos agricultores.

Os que alí permaneceram, como eles mesmos se auto-definem, são mais que cabeças-duras e acreditaram na sua força de trabalho, mesmo destituída de apoio do governo.

Poucos entendem, no entanto, como um Núcleo Rural que já foi em uma boa fase responsável por cerca de 50 por cento da produção de hortifrutigranjeiros do Distrito Federal chega a essa situação.

O chacareiro Kiyoto Yamama, do lote 294 da gleba trêis do Alexandre Gusmão, trabalha com toda sua família na plantação de cenoura, tomate, batatinha, couve-flor e pepino. Há mais de seis anos morando naquela chácara, Yamama veio de Mogi das Cruzes (SP), "logo que eu soube que em Brasília também se podia produzir". Infelizmente, diz ele, "estamos com os pés e o bolso amarrado com o corte dos financiamentos e o preço do adubo, mas com as mãos a gente consegue produzir ainda até 500 caixas de tomate por semana".

INCRA

Todos os chacareiros hoje instalados no Alexandre Gusmão têm título definitivo de propriedade expedido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária que dava um prazo de 20 anos para que eles quitassem o seu terreno junto ao órgão. Esse fato faz com que muitos deles se envaidecam ao dizer que não ocupam terras doadas pelo governo, já que mesmo a preço razoável conseguiram quitar a área que ocupam. Ano passado, aliás, o chefe de gabinete do governo Elmo Farias, Jorge Motta, dizia que os agricultores do Alexandre Gusmão não podiam reivindicar mais do que oferecia o governador do Distrito Federal, já que as suas terras foram doadas pelo INCRA". A essa afirmação reagiu veementemente, na época, o presidente da Associação Rural daquele Núcleo, Francisco José de Carvalho Sobrinho (Chico Paraná), dizendo que além de terem os seus títulos comprados, desconhecia que os milionários premiados pela loteria esportiva negociem os seus bens com a Caixa Econômica pelo preço que lhe custara o volante". Referia Chico Paraná, aos preços de tabela estipulados pelo ex-governador para a desapropriação das chácaras, e que ainda permanece inalterado pelo atual governo: 500 cruzeiros o hectare de campo e cerrado de segunda, 1 mil cruzeiros o hectare de mata de cultura e 750 cruzeiros o hectare de cerradão e cultura de segunda. O argumento de todos os chacareiros entrevistados é de que esse preço é um absurdo, "quando o nosso caso passou a ser da alçada de uma Companhia Imobiliária, Terracap, que vende 1 hectare (10.000m2) por um preço mínimo de 1 milhão e 200 mil cruzeiros", disse Chico Paraná.

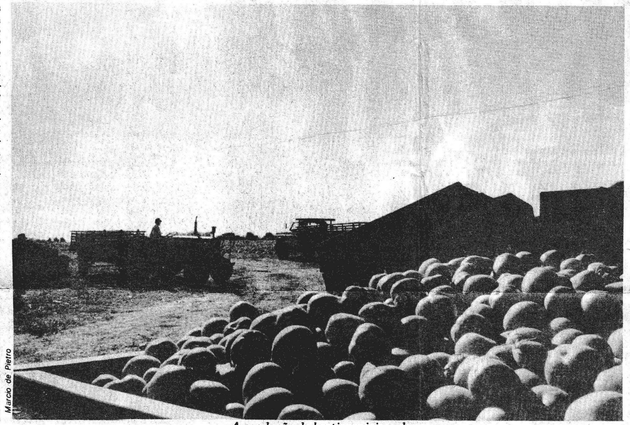
TERRACAP

Nenhum agricultor do Núcleo Rural Alexandre Gusmão aceita a justificativa do GDF de que, para fins de desapropriação, o caso da indenização de suas chácaras tenha sido levado para ser decidido pela Terracap "já que a Caesb não possui verbas suficientes para esse fim", como alega o governo do Distrito Federal.

Segundo eles, se o decreto 3.354 de 12 de agosto de 1976 declara de utilidade e necessidade pública e de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras do Alexandre Gusmão, "por estarem elas poluindo o sistema de abastecimento do Rio Descoberto", deveria, para eles, ser a Caesb e não a Terracap a responder por isso.

Ainda desconfiando de "segundas intenções" por parte do governo do Distrito Federal, já que, como se prova, "a área periférica à barragem do Rio Descoberto é muito bonita para ser ocupada por pequenos agricultores", alguns defensores da causa dos chacareiros do Gusmão continuam afirmando a inconstitucionalidade do decreto 3.354 e conseqüentemente acusam de "equivocado" ou "comprometido" o parecer dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Waldir Meurem, Elmano Cavalcante Farias, Antônio Onório de Oliveira, José Fernandes Andrade, Jorge Duarte, Luiz Vicente Cernicchiaro e Heládio Monteiro que votaram contrários ao mandato de segurança impetrado pelo advogado dos chacareiros, Fernando Abranches.

Alguns juristas do TJDF estranharam o fato de o desembargador Heládio Monteiro ter mudado de opinião, já que no início tinha ele votado "a favor dos chacareiros, como o fizeram os desembargadores Mário Guerrera e Lúcio Batista Arantes. "Mas depois que o julgamento foi interrompido por vários dias por uma estranha falta de quorum, todo mundo voltou com a cabeça virada", argumentou um jurista que não quis ser identificado, "por questão de ética".



Marcio de Pietro

A produção de hortigranjeiros do Núcleo Alexandre Gusmão atendia a mais da metade do consumo da população brasiliense

A petição de mandado de segurança contra esse ato do governador Elmo Serejo considera o decreto 3.354 de 12 de agosto de 1976 ilegal pela sua "caducidade e inconstitucionalidade". Na primeira, cita o advogado dos chacareiros que, "de acordo com a Lei 4.132 de 1962, o expropriante tem o prazo de dois anos, a partir da data da publicação do decreto para efetivar a desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado". Argumentava o advogado que, como se trata de caducidade e não de prescrição, não havia possibilidade de o governador, por interesse social, procurar as medidas tendentes à desapropriação das terras do Alexandre Gusmão.

— E quanto a ilegalidade do decreto desapropriando as áres rurais por utilidade pública — explica Fernando Abranches que está vem do fato de o artigo 161 da Constituição Federal somente autorizar à União Federal promover a distribuição da propriedade rural. "O presidente da República, na forma do parágrafo 4º desse mesmo artigo, poderia delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo privativa do presidente a escolha das zonas prioritárias", dizia Abranches, ressaltando que mesmo assim o presidente da República já não mais poderia dar essa delegação, "em face da caducidade do decreto".

Ocorre, argumentam os juristas, que o julgamento encerrou no Tribunal de Justiça do DF sem que o presidente houvesse dado qualquer delegação ao governador, "o que assegura que os chacareiros certamente sairiam vitoriosos junto ao STF, se a essa corte de justiça eles recorressem".

Incerteza atinge agora quem não vive no núcleo

O temor de terem suas terras desapropriadas, «da forma como vem sendo proposta pelo GDF», começa a atingir também os chacareiros fora da área de segurança da barragem, mas nas suas imediações.

Francisco Colomé Sadurni, naturalizado brasileiro depois que veio de Barcelona (Espanha) e acabou por se casar com uma paraibana, é proprietário do lote 214/21 da Gleba dois do Alexandre Gusmão, onde trabalha com seus filhos no plantio do alho e outros condimentos.

Desde 1962 trabalhando no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, informou ele que essa é a segunda vez que o Núcleo sofre as conseqüências de um decreto de desapropriação. «A primeira desapropriação — observou — foi em 1971, no governo Hélio Prates da Silveira, quando nos obrigaram a sair das imediações da barragem e nos deram direito a adquirir, junto ao INCRA, o terreno que hoje ocupamos. Acontece que a gente se apega a terra que a gente planta, não é fácil estar sempre mudando, quando as mudanças geram tanto desgate e aborrecimento. A minha chácara — continuou — não está entre aquelas que serão desapropriadas, «naturalmente na primeira fase da desapropriação». Mas já fomos informados de que não poderemos usar muitos dos inseticidas e dos insumos básicos que são imprescindíveis para as nossas plantações. O que eu penso é que o agricultor, como qualquer outro profissional, tem que ter liberdade de trabalho, pois se estamos restritos a isso ou aquilo não há condições de termos sucesso em nossa produção. Disseram aí em uma alternativa da gente criar gado por aqui. Mas gado não é o meu ramo, eu sou agricultoror e não fazendeiro. Se eu não puder aplicar aqui o que venho conseguindo com a minha família, pois todos os meus filhos são criados no plantio de alimentos, é melhor mesmo que eles decidam essa situação de vez, e não ficar aí desapropriando uns para depois chegar nos outros. É melhor mesmo que a gente receba outra terra, mas que o governo considere pelo menos o nosso trabalho em todos esses anos, nos dando por isso uma indenização justa. Ficaremos apenas muito revoltados, se efetivar o que estamos vendo aparecer por aqui, ou seja, um setor de mansões nos terrenos que, podemos dizer, a gente de tudo fez.

ALHO

Francisco Colomé espera colher dentro de dois meses 20 toneladas de alho, plantação a que ele se dedica, não deixando de lado o plantio da beterraba e chuchu. Frisa ele que isso se dá graças às condições que obtiveram todas as chácaras que faziam parte do projeto de Colonização que aos poucos vai acabando, depois que o INCRA ajudou na eletrificação de toda a área, na irrigação facilitada para as plantações, escola para os filhos dos colonos e muitas benfeitorias que todos reconhecem.

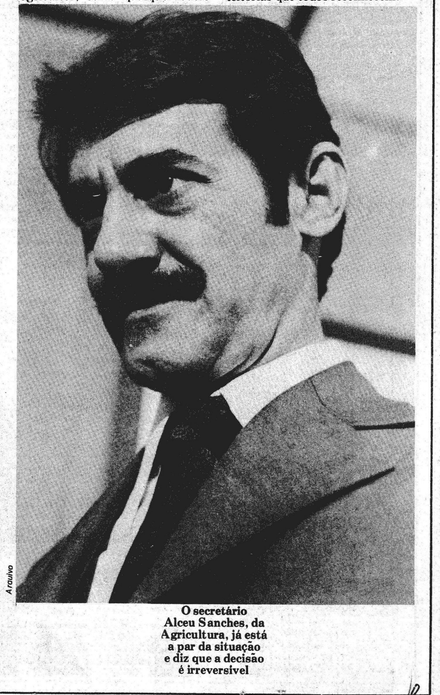
Lotes da represa já estavam vendidos

Um caso que não agradava ao ex-superintendente da Caesb, Francisco Salles e ainda desconhecido pelo atual dirigente desse órgão, era a informação de que os loteamentos Parque da Represa, iniciados no início do ano passado à beira da barragem do Rio Descoberto, estavam quase todos vendidos.

Muitos dos seus compradores começam agora a cercar a área que dizem ter comprado da Imobiliária Santa Paula Melhoramentos, que tem como subsidiária a firma Santa Luzia Melhoramentos, ambas de propriedade do empresário Adelino Borali, radicado em São Paulo.

No entanto, a denúncia dada por esse jornal de um loteamento à beira da barragem cuja preservação de suas águas motivou um decreto de desapropriação de chacareiros parece ter servido para que as vendas paralisassem um pouco, já que pelas muitas «ruas» loteadas o capim vem tomando conta, como se observa no local.

Mas de acordo com Francisco Sobrinho, o Chico Paraná, presidente da Associação Rural Alexandre Gusmão e um dos chacareiros que será desapropriado da terra que ocupa, «isso pode ser um golpe que "estão tramando contra a gente, pois jamais aceitaremos a indenização de nossas terras por um preço de um mil cruzeiros o hectare de mata de cultura quando à nossa frente se vende um lote com essas mesmas dimensões, e em cerrado bruto, por 500 mil cruzeiros». Segundo Chico Paraná, «certamente por um pacto silencioso a Imobiliária Santa Paula esteja aguardando a solução da desapropriação das chácaras do Alexandre Gusmão para liberar novamente a venda dos terrenos, caso contrário, acrescenta ele, "só uma elevada indenização faria com que o empresário paulista desistisse do seu empreendimento».



Arquivo

O secretário Alceu Sanches, da Agricultura, já está a par da situação e diz que a decisão é irreversível